

VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL EAD: CONCEPÇÕES, RESISTÊNCIAS E DESAFIOS SOB A PERSPECTIVA DOS DOCENTES E DISCENTES

Adailton Soares da Silva¹

Orientadora: Dr^a Maria Helena Santana Cruz

Eixo: Educação e Ensino de Ciências Humanas e Sociais

RESUMO: Nos últimos anos a oferta de cursos de graduação a distância tem aumentado de forma avassaladora em diversas Instituições de Ensino Superior – IES, principalmente na rede privada de ensino. A presente pesquisa, discuti a formação profissional em Serviço Social na modalidade de Educação a Distância, com o objetivo de analisar a formação acadêmica e profissional dos discentes matriculados nos cursos de Serviço Social na modalidade de Educação a Distância, ofertada pela Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR, no polo de Paulo Afonso no Estado da Bahia, bem como, se a estrutura do curso está condizente com o modelo de currículo defendido pela ABEPSS. O presente trabalho, encontra-se em andamento no curso de Pós-graduação do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, na linha de pesquisa Formação de Educadores: saberes e competências.

Palavras-chave: Ensino Superior. Educação a Distância. Serviço Social.

ABSTRACT: In recent years the supply of graduate distance has increased overwhelmingly in several Higher Education Institutions - IES, especially in private schools. The present research, discuss professional training in social work in the form of distance education, in order to analyze the academic and professional training of students enrolled in Social Service in the form of distance education, offered by the University of Northern Paraná - UNOPAR in polo Paulo Afonso in Bahia State, and where the course structure is consistent with the model curriculum advocated by ABEPSS. This work is in progress in the course of the Postgraduate Master of Education, Federal University of Sergipe, the line of research Training of Teachers: knowledge and skills.

Keywords: Higher Education. Distance Education. Social Service.

INTRODUÇÃO

¹ Policial Militar/BA, Licenciado em Pedagogia - UNEB, Bacharel em Serviço Social - UNOPAR, Especialista em Pedagogia Social - FNOM e Mestrando em Educação – UFS. Integrante do Grupo de Pesquisa: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero.
E-mail: adailton_sesc@yahoo.com.br

Nos últimos anos a formação profissional dos Assistentes Sociais tem ocasionado intensos debates dentro movimento estudantil e em conjunto com as entidades de classe, principalmente em relação a formação de novos profissionais através da modalidade de Educação a Distância (EaD), cuja expansão e acesso ao ensino superior tem aumentado de forma avassaladora, sendo caracterizada como uma formação “aligeirada” e “precarizada”. É neste cenário que se insere o presente trabalho, parte da perspectiva de evidenciar a concepção, resistências e desafios de todas as pessoas envolvidas nesta modalidade de ensino: discentes, tutores de sala, tutores eletrônicos e professores formadores desta modalidade de ensino.

Centra-se na concepção do direito ao ensino superior que promova o acesso ao conhecimento acadêmico (ensino, pesquisa e extensão), independente da modalidade de ensino, seja a mesma presencial ou a distância. Que possibilite a construção de relações sociais entre os sujeitos deste processo, de forma que o respeito seja um princípio fundante e esteja em consonância com Código de Ética (Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão da/o Assistente Social) destes profissionais. Com base na corrente teórica da pedagogia histórico-crítico, que de acordo com Saviani (2008, p. 88), “Portanto, a concepção pressuposta nesta visão da pedagogia histórico-crítica é o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana.” Favorecendo dessa forma, uma melhor compreensão do espaço onde os atores estão inseridos, na busca de uma melhor qualidade de vida para mulheres e homens que se encontram na região do semiárido brasileiro, a partir do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação no ensino superior na modalidade de educação a distância.

No entanto, logo que se propagaram e foram apropriadas por diferentes países, várias culturas, organizações diversas e diferentes objetivos, as novas tecnologias da informação explodiram em todos os tipos de aplicações e usos que, por sua vez, produziram inovações tecnológica, acelerando a velocidade e ampliando o escopo das transformações tecnológicas, bem como diversificando suas fontes (CASTELLS, 1999, p. 43-44).

Esta globalização do saber, aliado à internet e a transmissão via satélite possibilitou a implementação da Educação a Distância – EaD, em nível superior com

base na nova Lei das Diretrizes e Bases número 9.394/96, fundamentada pelo Decreto de número 5.622 de 19 de dezembro de 2005, onde regulamenta a educação a distância no ensino superior, favorecendo, a autorização dos cursos de graduação na modalidade Educação a Distância pelo Ministério da Educação.

A educação formal ao longo da história da humanidade tem instituído as escolas e as universidades como as únicas formadoras, transmissoras e construtoras do conhecimento que tem impulsionado o desenvolvimento científico e tecnológico das grandes potências e dos países em via de desenvolvimento, como o Brasil. Entretanto, com o surgimento da EaD no ensino superior, essas instituições de ensino estão dividindo este espaço de formação profissional com instituições (em sua maioria privadas), que adotaram a EaD para expandir-se principalmente no interior do Brasil, ofertando cursos de bacharelados, licenciaturas e tecnólogos.

O ensino superior que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 tem por finalidade “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo” dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) seja ela pública ou privada. O acesso a essa modalidade de ensino dar-se através de um processo seletivo, utilizando-se do vestibular ou do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que por ser uma avaliação pontual e excludente, deixa de fora milhares de jovens que já são excluídos antes da realização da prova pela própria taxa de inscrições cobradas inclusive pelas instituições de ensino da rede pública, o que ocasionou, em algumas instituições, a implementação de políticas compensatórias e/ou inclusivas, como as cotas e a reserva de cinco por cento de suas inscrições gratuitas para estudantes oriundos da rede pública de ensino, mesmo assim, ainda é muito pouco.

Insistindo em valorizar sua experiência, suas expectativas próprias, em lembrar sua história, fazer valer seus direitos, os diferentes levarem com que a sociedade reconheça a diversidade que a compõe e encaminhe políticas que as contemple em suas particularidades. Muitas destas políticas são polêmicas, como as das ações afirmativas, pleiteadas pelo Movimento Negro, porque põem em questão as que atenderiam a um universal, instituído com base nos interesses, compreensões, objetivos de uns, garantindo, a estes privilégios (SILVA, 2000, p. 28).

Nesse sentido, começa uma corrida para a qualificação profissional, dentro das novas exigências para o mundo do trabalho, sendo a formação universitária um diferencial entre a mão-de-obra que vem sendo absorvida pelo mercado do trabalho. Nos últimos anos a Educação a Distância vem ampliando seu número de matrículas nos cursos de nível superior em diversas áreas do conhecimento. De acordo com o último Censo da Educação Superior 2010 (Censup), divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ligado ao Ministério da Educação (MEC), afirma que:

Diante da necessidade de rápida resposta para a formação de profissionais, e com a evolução das novas tecnologias, novos formatos de cursos têm sido adotados. A saber, os cursos na modalidade de ensino a distância e os cursos de menor duração voltados à formação profissionalizante de nível superior, chamados tecnológicos. Ao observar a trajetória do número de matrículas na educação superior nos últimos anos, fica evidente o destaque do crescimento desses cursos (BRASIL, 2011, p. 04).

O mesmo vem ocorrendo com o curso de Serviço Social, o elevando número de estudantes matriculados nesta modalidade, através das empresas de consultoria educacional, em polos localizados em cidades do interior do país com a parceria de universidades particulares que transmitem tele-aulas em um único dia da semana, legitimando dessa forma, a mercantilização do ensino superior e a precarização do trabalho docente (tutoria).

Os docentes e pesquisadores brasileiros vêm acompanhando criticamente a política universitária -, e as medidas delas decorrentes no ensino superior de Serviço Social -, na perspectiva de defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional. Os esforços se direcionam para preservar, no ambiente universitário, a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão e assegurar a liberdade didática, científica e administrativa para produzir, difundir conhecimentos -, e realizar a sua crítica-, voltados aos interesses da maioria: uma universidade que seja um centro de produção de ciência, de tecnologia, do cultivo das artes e das humanidades; também uma instituição voltada a qualificação de profissionais com a mais alta competência, para além das necessidades do capital e do mercado (IAMAMOTO, 2010, p. 432).

Diante do exposto, surgiram algumas indagações entre os estudantes que se encontram nesta modalidade de ensino: Será que a metodologia adotada pela EaD favorece reais condições de auto-aprendizado para seus discentes? Se a estrutura do polo é condizente com a formação escolhida pelo estudante? Há disponibilidades de laboratórios, bibliotecas e de um espaço que promova um aprendizado contextualizado com a sua realidade? Ou estamos apenas atendendo a lógica do mercado capitalista?

Para Eco (2008, p. 21), “Definir o objeto significa então definir as condições sob as quais podemos falar, com base, em certas regras que estabelecemos ou que os outros estabeleceram antes de nós”. Sendo assim, a pesquisa tem como objeto de estudo, a análise dos discursos presentes nas falas dos estudantes, professores e tutores que estão vivenciando essa modalidade de ensino, bem como uma análise de conteúdo construídos no entorno da EaD, presentes nos documentos publicados pelas entidades de classe do serviço social: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). O objeto tem uma função investigativa, ao revelar estudos já realizados ou ser pioneiro neste segmento, de acordo com Eco (2008, p. 22), “o estudo deve dizer do objeto algo que ainda não foi dito ou rever sob uma óptica diferente.”

Portanto, analisar essa nova concepção de educação, norteado pelos pilares que consolidam o ensino superior: o ensino, a pesquisa e extensão, traduzem o compromisso e a qualidade que os atores sociais, esperam dos centros de formação acadêmica no mínimo: a oferta qualificada de professores, tutores, material didático, bibliotecas e todos os elementos que garantam uma formação profissional qualificada, seja a mesma presencial ou a distância.

O discurso presente na fala deste segmento é que existe uma incompatibilidade com a formação acadêmica e profissional nos cursos a distância em relação ao perfil do assistente social, na sociedade contemporânea, e que tal prática não atende as Diretrizes Curriculares construídas pela ABEPSS e a do próprio MEC. Neste segmento de ensino a formação profissional se dá de maneira aligeirada, ou seja, provoca uma “deformação”

com a precarização e a mercantilização do ensino superior, atendendo apenas as camadas populares segundo referidas entidades.

Diante do exposto, as entidades assumiram um “preconceito oculto” para com os estudantes que estão freqüentando o curso de Serviço Social na modalidade EaD. O que preocupa a essas entidades é de fato a qualidade do curso? Alegando que essa formação acadêmica não está respaldada pelos três pilares da universidade na implantação do ensino, pesquisa e extensão ou estar por traz a “fragilidade” da própria formação presencial? Ocasionalmente dessa forma, uma concorrência bem maior na vagas presentes no mercado de trabalho, até então restrito aos profissionais egressos dos poucos centros de formação superior presencial centralizado em sua maioria nas capitais e região metropolitana.

Quanto as classes sociais, é preciso ver nelas, conforme Bourdieu, uma pertença que se constrói e se renegocia incansavelmente ao longo das lutas históricas; sua atualização ultrapassa a “posição do subjetivismo voluntarista e do objetivismo científico e realista”: o espaço social, no qual as distâncias se medem em quantidade de capital, define proximidades e afinidades, afastamento e incompatibilidades, enfim, probabilidades de pertencer a grupos que realmente unificados, famílias, clubes ou classes mobilizadas; mas é na luta das classificações, luta para impor esta ou aquela maneira de recortar esse espaço, para unificar ou dividir, etc (HAECHE, 2008, p. 36-37).

O que as entidades representativas defendem, representam de fato o desejo das mulheres e homens da EaD do curso de serviço social? De que lado eles/elas deve se posicionar? Juntar-se aqueles/as que são contrários a sua formação ou ter o direito de continuar estudando o curso que escolheu como campo de formação e atuação profissional? Superando dessa forma, todas as barreiras impostas pela metodologia da EaD, buscando elementos que venha agregar valor ao seu processo de ensino-aprendizagem. Otimizando, dessa forma, a sua relação com o saber acadêmico dentro do seu contexto sócio-cultural, econômico e ambiental.

Crescimento, mesmo forte, pode gerar retrocessos sociais e ambientais. Por isso, a análise do desenvolvimento exige critérios qualitativos ao lado de indicadores quantitativos. Em qualquer

sociedade ou economia, os interesses se entrecrocaram permanentemente e continuamente entre os diferentes atores e espaços, fazendo com que as disputas manifestem-se a cada momento, assumido as mais distintas conotações e eclodindo sob múltiplas formas. Os conflitos de interesses se efetivam diferencialmente, a depender dos elementos em jogo, das diferentes posições dos sujeitos, de sua condição de gênero/classe/etnia/raça/idade/geração. Aí os conflitos acabam se constituindo em instrumentos de agregação/desagregação das relações sociais na sociedade/economia (CRUZ e ALVES, 2005, p. 11).

Portanto, não queremos alimentar o discurso existente no meio acadêmico e profissional, evidenciando a distância entre o ensino presencial e a distância, entre a universidade pública e a universidade privada, entre a educação da classe média e alta e a educação para o pobre. A intenção é focar na concepção desses indivíduos: sertanejas e sertanejos que se encontra nesta modalidade de ensino, suas dificuldades e anseios na formação acadêmica, refletindo a realidade política, econômica e social do semi árido baiano, dialogando dessa forma, com o outro lado envolvido.

II – Referencial teórico: categorias evidenciadas

O contexto que envolve a formação profissional em bacharel/a em Serviço Social é visível a presença em sua grande maioria de mulheres, tanto na docência, quanto na sala de aula. Nesse sentido se faz necessário a compreensão destes elementos para o exercício da profissão que não se limita somente no enfrentamento da questão social, sendo necessária a inserção das questões de gênero neste cenário. Para Cruz e França (2011, p. 37-38), “A utilização da categoria gênero faz referências a processos de diferenciação e subordinação entre homens e mulheres, remete à força do social e abre a possibilidade de transformação de costumes e ideias.” .

O momento no qual estamos vivendo, onde o processo de globalização tem sofrido fortes impactos relacionados com as crises econômicas que vem abalando países da união européia (desemprego, na adoção de medidas de austeridade fiscal, em especial na política monetária), que possivelmente afetará o Brasil em algumas áreas e principalmente na exportação. Entretanto, o quadro tem-se mantido estável para o Brasil, que aponta destaque em alguns setores da economia.

Com a reestruturação da economia mundial, começaram a amadurecer e a propagar-se fatores que preparam e viabilizam um novo ciclo de crescimento – as novas tecnologias, as inovações gerenciais, a consciência dos problemas ambientais e as alianças estratégicas empresariais. A reestruturação da economia mundial vem desenvolvendo, também, além de outras alterações, mudanças nos padrões de competitividade, intensificadas pela Revolução Científica e Tecnológica que, pelo conjunto de novos conhecimentos e novas tecnologias vinculadas à informática e microeletrônica, à engenharia genética, à biotecnologia, aos novos materiais e à química fina estão provocando alterações fundamentais na organização da produção que levem à redefinição das relações sociais. Com base nessas mudanças, informação e conhecimento passam a ser os principais insumos da economia contemporânea (CÂMERA, 2000, p. 85).

A globalização de posse das tecnologias da informação e da comunicação passa a explorar uma área do mercado até então restrita às universidades: o conhecimento. Nesse sentido, Lombardi (2010) afirma que “é uma das características do sistema capitalista reproduzir desigualdades e contradições internas, tornando como base as diversidades dos grupos humanos”. Diferenças evidentes no modo de produção capitalista, onde a concentração de renda promove vários tipos de mazelas sociais, principalmente nas regiões mais pobres do Brasil. Essa mudança de cenário passa essencialmente pelo acesso à educação de qualidade em diferentes níveis e modalidades de ensino.

É interessante destacar que a existência desses cursos já na modalidade de Educação à Distância não interferiu nos debates a respeito da qualificação profissional, porém com a expansão desta modalidade de ensino para o nível acadêmico, ou seja, no ensino superior ocasionou algumas posições contrárias e a favor destes cursos que também impulsionou outro debate à respeito da qualidade entre o público e o privado na graduação. De acordo com Souza (2001, p.150) o **ensino superior** consiste “em organizar, selecionar, sistematizar, difundir, criticar e relacionar com a necessidade sociais e culturais de determinada época e local todo o saber acumulado pela inteligência humana, no passado e no presente”. Dessa forma, não podemos limitar essa construção do conhecimento apenas a uma modalidade de ensino (presencial), ao mesmo tempo não podemos compartilhar do forte modelo privatista do ensino superior em nossa sociedade.

A educação a distância definida pelo aprendizado planejado entre professores e estudantes que ocupam espaços geográficos diferentes, porém conectados através de ferramentas de interação, gerando a transmissão de aulas com possibilidades de intervenção por parte do educando em tempo real*, possibilitando o aprendizado de mulheres e homens de diferentes segmentos sociais, que se encontravam excluídos do ensino superior. Para Moore & Kearsley (2008, p.02) “**Educação a distância** é o aprendizado que ocorre normalmente em um lugar diferente do lugar de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizadas e administrativas especiais”. Nesse sentido, ocorre uma inversão no processo de ensino e aprendizagem nesta modalidade de ensino, o professor deixa de ser o centro na formação do estudante (este passa a atuar como mediador), e o discente assume uma posição de centralidade na construção do conhecimento, interagindo com as diversas interfaces das tecnologias da informação e da comunicação.

“Que somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em que aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito” (FREIRE, 1996, p. 69).

Sendo assim, as cidadãs e cidadãos desta modalidade de ensino, consolidado pelas tecnologias interativas por meio da internet: chat, fórum ambiente virtual de aprendizagem, bibliotecas virtual dentre outras ferramentas, cravando uma revolução do saber e apropriação do conhecimento, através do acesso ao ensino universitário virtual, onde passa a ofertar os cursos de licenciaturas e bacharelados, até então restritos as capitais e região metropolitana para interior do país com aulas via satélite implementado pela EaD para quem tem, não só cede de água, mas também de conhecimento, principalmente na região Semiárida do Brasil.

O direito a educação superior deve ser respeitado em todas as regiões do Brasil, principalmente no Nordeste que ainda detém a maior taxa de analfabetismo do país. Existe todo um amparo legal para os atores envolvidos nesse processo de formação profissional no Brasil. Segundo Cury (2002, p. 15), “ a **legislação**, então, é uma forma

de apropria-se da realidade política por meio das regras declaradas, tornadas públicas, que regem a convivência social de modo a suscitar o sentimento e a ação da cidadania.

Como podemos perceber, as instituições que receberam autorização para oferecer essa educação a distância estão amparadas pela LDB 9394/96. Mas foi com sancionamento do Decreto de número 5.622 de 19 de dezembro de 2005, onde normatiza e define as responsabilidades e competências para as instituições e seus discentes, garantido de fato a implantação de cursos a nível superior de bacharelados, licenciaturas e tecnológicos pelas instituições devidamente credenciadas junto ao Ministério da Educação, órgão responsável pela autorização e fiscalização dos cursos nas instituições de ensino superior.

O curso de Serviço Social tem sofrido alguns reflexos neoliberais que evidencia a mercantilização e a precarização formação profissional. Nesse sentido Iamamoto aponta algumas contribuições e cuidados na elaboração de um currículo mínimo no curso de serviço social na atualidade.

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da abordagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social. No balanço da formação profissional feito pela ABESS, tendo em vista a formulação do currículo mínimo, no cenário das dificuldades hoje presentes, foram identificadas três armadilhas das quais a categoria se viu prisioneira nos últimos anos – o teorismo, o politicismo e o tecnicismo - sobre as quais é preciso refletir. Mas antes, faz-se necessário elucidar os pressupostos em que se baseou a procura de firmar novos pilares para o exercício profissional e os desvios de rota verificados (IAMAMOTO, 2008, 52-53).

Os referenciais exigidos pelo Ministério da Educação de acordo com a Resolução CONSEPE de número 558/2006 de 25 de setembro de 2006 que autoriza o funcionamento do curso, com carga horária e disciplinas equivalentes aos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior pública e particular no Brasil, mostram a relevância desses pressupostos na composição do currículo do curso de serviço social, tornando evidente a preocupação da formação do profissional em Serviço Social que venha atender a demanda dos serviços na contemporaneidade, previsto nas Diretrizes

Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS

III - Objetivos

Portanto, para a compreensão do processo de formação em serviço social na EaD, com base no projeto pedagógico em vigor, contempla-se como objetivo desta pesquisa:

Analisar sob a perspectiva de gênero, o processo de formação acadêmica e profissional no curso de Bacharel em Serviço Social na modalidade de Educação a Distância, ofertado no Polo da Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR, na cidade de Paulo Afonso BA, sob a ótica dos docentes, tutores e discentes.

IV – METODOLOGIA: caminhos a percorrer

As ciências humanas se preocupam em nos ajudar a compreender as relações com a nossa sociedade, entender o nosso cotidiano, e o nosso mundo e nos iluminar a respeito dos mecanismos de mudanças. Entretanto é preciso ter claro qual o método que convém ao estudo dos fatos sociais. Sendo assim, acreditamos que a perspectiva histórico-crítica com base na teoria social de Marx e que segundo Netto (2006) essa teoria busca “dar conta da dinâmica constitutiva do ser social que se assenta na dominância do modo de produção capitalista”.

O tipo de pesquisa que se pretende utilizar será o estudo de caso, de análise qualitativa por envolver uma instituição de ensino superior e o conjunto CFESS, CRESS, ABEPSS e a ENESSO, onde unem as pessoas com diferentes histórias de vida, mas se unem em torno de um ou vários objetivos comuns. Segundo Salomon (2004), “Estudo de casos (um só ou um número limitado de casos leva à personalização do processo): interesse voltado à história e desenvolvimento do caso: pessoa, família, grupo, instituição social”.

O presente trabalho pretende responder algumas indagações presentes no meio dos/as profissionais e estudantes do curso de Serviço Social envolvidos diretamente

nesse contexto da EaD, a pesquisa acontecerá no Polo da Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR na cidade de Paulo Afonso Bahia, distante 480 Km da capital, situada as margens do Rio São Francisco, tornou-se ilha com a construção do Complexo Hidroelétrico pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, fornecendo energia elétrica para a maioria dos estados nordestinos, situada na região semiárido da Bahia, inserida no polígono da maconha, faz divisa com os Estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, o que reflete na participação de estudantes destes diferentes estados.

As cidades que compõe esse território de identidade Itaparica são as seguintes: Paulo Afonso, Glória Rodelas, Abaré, Chorrochó e Macururé (essas no estado da Bahia), sendo Jatobá, Petrolândia, Tacaratu, Floresta, Belém de São Francisco, Itacuruba, Carnaubeira da Penha (no estado de Pernambuco). O sítio do MDS disponibiliza alguns dados que considero importante socializa-los neste momento (BRASIL, 2012), “A população total do território é de 301.355 habitantes, dos quais 106.851 vivem na área rural, o que corresponde a 35,46% do total. Possui 16.494 agricultores familiares, 2.564 famílias assentadas, 9 comunidades quilombolas e 17 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,67.” Trata-se de um espaço abandonado de políticas publicas voltadas para o ensino superior, a ausência de uma universidade federal reflete consideravelmente nos indicadores sociais desta região. Que sofre tanto pela ausência de água (periodos longos de estiagem), quanto pela conhecimento: ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, a pesquisa terá como fontes: bibliográficas (revisão da literatura), artigos, revistas os outros documentos produzidos pelos atores (CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO/Associação Nacional dos tutores de Educação a Distância - ANATED), consultas em diversos sítios eletrônicos. A realização de pesquisa de campo irá acontecer no Polo Presencial da UNOPAR, localizada na Rua da Concórdia, 01 – General Dutra – Acampamento CHESF em Paulo Afonso BA. Neste ano de 2012, a universidade conta com os seguintes cursos em funcionamento: Administração, Contabilidade, Pedagogia e Serviço Social. A escolha pelo curso de Serviço Social se procedeu devido a minha formação na turma concluinte em 2010.2 de Bacharelado em Serviço Social, a primeira formada por esta universidade na modalidade EaD e por que durante a minha formação ocorreu diversos fatos já

evidenciados anteriormente envolvendo estudantes e profissionais da EaD com o conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO/ANATED, sendo necessário a realização desta pesquisa para corroborar com debate acadêmico e profissional, tanto na educação a distância como na educação presencial.

A amostra da pesquisa será composta pelos estudantes do último período do curso de Serviço Social, composta até o momento por: vinte e quatro mulheres e apenas um homem, bem como com os professores (tutores, tutores eletrônicos e professores formadores), a equipe pedagógica e administrativa, visitando o polo onde são assistidas as aulas, verificando a infraestrutura do mesmo.

Os instrumentos de coletas de dados envolverão: observação, entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários com todos os profissionais envolvidos nos polos onde ocorre a formação, que servirá para o auxílio na complementação do processo de observação. Segundo Szymanski (2002, p. 12) afirma que “partimos da constatação de que a entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado”. Esse importante instrumento de trabalho é utilizado em vários campos das ciências sociais, conceituada como o encontro de duas ou mais pessoas, afim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

VI – Considerações

A pesquisa encontra-se em execução pelo Núcleo de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Sergipe, vinculado a linha de pesquisa: Formação de Educadores: saberes e competências, com previsão de conclusão no semestre de 2012.2, de acordo com calendário acadêmico da referida instituição de ensino. Nesse sentido, está em fase de construção textual e a coleta e análise dos dados.

Portanto, quem vai certificar se o estudante é qualificado ou desqualificado, não será a modalidade de ensino que o mesmo cursou, mas sim o tempo disponibilizado para

a aquisição do conhecimento do referido estudante em formação, a busca pelo saber necessário para o exercício de sua atividade profissional e principalmente a motivação e identidade com a sua formação acadêmica. O professor hoje não é a única fonte de conhecimento disponível para o mesmo (educação bancária), existem outros elementos presentes nas tecnologias da informação e da comunicação, atuando como suporte na construção do conhecimento e cada estudante busca superar as barreiras presentes no ensino superior, seja o mesmo, presencial ou a distância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução de número 5.622 de 19 de dezembro de 2005.** Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12778%3Alegislacao-de-educacao-a-distancia&catid=193%3Aseed-educacao-a-distancia&Itemid=865. Acesso em 17. Set. 2010.

CASTELL, Manuel. **A sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social.** Brasília, 2010.

CRUZ, Maria Helena Santana e FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Educação Feminina: memória e trajetória de alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Estância-Sergipe.** São Cristovão: Editora UFS, 2011.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 36 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HAECHE, Anne Van. O esquema da reprodução: da escola ao sistema de classes sociais. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (org). **Pierre Bourdieu: escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e**

formação profissional. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2010.

Paulo: Cortez: [Lima, Peru]: CELATS,2008.

MOORE, Michael G. e KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: uma visão integrada.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

NETTO, Paulo. **O que é Marxismo.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

PINHEIRO, Luiz Humberto. **Universidade Dilacerada: tragédia ou revolta? tempo de reforma neoliberal.** Salvador: L. U. Pinheiro, 2004.

SALOMOM, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia.** 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves. Educação comparada no contexto da globalização, considerando a diversidade. In: CASTRO. Marta Luz Sisson de, e WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Educação comparada na perspectiva da globalização e autonomia.** São Leopoldo: Editora Unissinos, 2000.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **LDB e educação superior: estrutura e funcionamento.** 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

SZYMANASKI, Heloisa, (Organizadora), ALMEIDA, Laurinda Ramalho e PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação: a**

prática reflexiva. Brasília: Editora Plano, 2002.

TORI, Romero. **Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.